

Notas II

As coisas MUDARAM...!

Durante quase duas décadas, toda a Administração Pública Central e Local foi direcionada no sentido de se “aproveitar ao máximo” os, informalmente designados, Fundos Comunitários. Foi uma altura em que todos nós ouvíamos que quanto mais se “investisse” (era essa a designação) mais proveitos se conseguiriam. Foi uma altura (que perdurou até há pouco tempo) em que os bons gestores/administradores/eleitos eram aqueles que mais “gastavam” (investiam?).

Não raras vezes, apesar de muito boa gente não o admitir, havia uma natural, e reconhecida admiração pelos grandes “benfeitores” das populações e de territórios. Quantas vezes se passou a ideia que, por exemplo, o Presidente do Governo Regional da Madeira era alguém que conseguia mais dinheiro para a região e fazia...OBRA!

Quantos autarcas (alguns preferirão a designação eleitos locais) foram admirados por esse país fora, não tanto pela qualidade da sua atuação mas pela...QUANTIDADE obras que realizavam (há muitos, por isso nem sequer merecerá que se individualize).

E temos, naturalmente, que ser justos e relembrar muitos que, no exercício das suas funções conseguiram melhorar a qualidade de vida e bem-estar das pessoas e fizeram-no com a motivação e dedicação verdadeiramente de serviço público.

O problema disto é que as orientações que foram dadas (nos 3 quadros comunitários de apoio, o quarto é algo que ninguém sabe a orientação) pressupunham que os agentes executores da política (eleitos locais) despendessem meios financeiros e humanos (o crédito era algo perfeitamente normal e o dinheiro servia não só para investimento, mas também para despesas ditas de “gestão corrente”) sem grande preocupação com o que viria a seguir, nem tão pouco na própria manutenção/utilização das infraestruturas que foram construídas/executadas.

Ora, atualmente, já ninguém se poderá “dar ao luxo” de persistir com essa atitude algo “irresponsável” até porque as exigências públicas começam, fruto da conjuntura, a ser outras bem diferentes.

Quero dizer com isto que um Eleito Local, ou um outro gestor/administrador terá que ponderar cada vez mais o que projeta e faz. E o que faz tem que ter um carácter duradouro, de interesse público geral e que verdadeiramente seja uma mais-valia para a população e território.

Os tempos não estão para aventuras irresponsáveis e cada vez mais o que se faz, tem que fazer-se melhor, de forma a que as gerações seguintes não tenham que arcar com a “fama sem o proveito” isto é os deveres de suportarem custos, sem deles beneficiarem...

Uma Nova Entidade na Europa – a “ALEMANHANÇA” ou o “MERKOZY”

Se dúvidas houvesse da fraca liderança (da Tanga?) desta União Europeia (UE) onde (mesmo antes da chamada Crise da Dívida Soberana) nunca se viu uma política que verdadeiramente definisse uma estratégia de afirmação da UE no Mundo e sem muito bem saber liderar os

consecutivos alargamentos a novos países, essas dúvidas têm sido completamente esclarecidas, com a dificuldade que a Europa está a ter em lidar com a Globalização (liberalização económica mundial) e com a progressiva diluição dos chamados pequenos países.

Surge, por isso, com alguma naturalidade, o eixo franco-alemão (mais definitivamente europeístas do que os britânicos, se bem que já ninguém saberá nesta altura o que é ser europeísta) a tomar as rédeas da carruagem europeia, com o “cocheiro” Comissão Europeia e restantes entidades a serem expulsos de forma bastante evidente

O eixo já chamado de “Merkozy” também acontece pelo facto da família política dos dois líderes (Merkel e Sarkozy) ser comum (Partido Popular Europeu, que é, actualmente, quase hegemónico na Europa) e ambos estarem muito “condicionados” na definição de uma política de solidariedade para com os países mais pequenos e num endeusamento dos princípios ultraliberais de “não-interferência” com um habitual egoísmo nacional à mistura.

Como disse há poucos dias o antigo chanceler Helmut Schmidt, a Alemanha não deverá esquecer-se dos outros que agora precisam de ajuda, uma vez que a Alemanha em si (e por diversas vezes) já contou com eles...

Com novas eleições na Alemanha e em França e com outros (Novos) líderes verdadeiramente defensores dos interesses supranacionais (europeus?) pelo menos sabemos que podemos continuar com o projeto mais avançado do Mundo – o da integração europeia.

Regressão na Sustentabilidade?

Com a questão do défice como pano de fundo, o Ministro da Economia resolve dizer que as “energias renováveis” são demasiado caras e que o Plano Nacional Energia (no caso a expansão de energias renováveis) deve ser reequacionado.

Com esta atitude o Ministro da Economia revela que deixou de ser prioridade algo que Portugal (ainda) se encontra na linha da frente e nos garantirá alguma “independência energética”. Portugal é uma referência, a nível mundial, na energia eólica, tem enormes potencialidades na solar e hídrica (melhor aproveitada nesta do que na outra) e é um exemplo ao nível europeu no caminho para a sustentabilidade.

Estar a pôr em causa este avanço competitivo que o País possui só é explicável pelo desconhecimento, contrariar o que foi desenvolvido pelo anterior Governo ou pura e simplesmente abrir caminho à energia...nuclear.

Aníbal Reis Costa

(artigo escrito ao abrigo do NAO)